

EMPREENDEDORISMO SOB A ÓTICA SOCIOAMBIENTAL: O CASO DAS ASSOCIAÇÕES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE CHAPECÓ-SC

Citania Aparecida Pilatti Bortoluzzi¹
Cleusa Teresinha Anschau²

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo entender as contribuições do empreendedorismo social na geração de renda para as Associações de Materiais Recicláveis de Chapecó-SC. Para isso, utilizou-se como estratégia de investigação o estudo campo, além de uma investigação bibliográfica, exploratório, com informações coletadas a partir de visitação *in loco*, utilizado documentos e observação do local de triagem dos materiais. Foi executada no período de fevereiro a novembro 2018, realizado em 13 núcleos de associações de materiais recicláveis de Chapecó distribuídos nos diversos bairros de Chapecó. Como resultado, percebe-se que os materiais recebidos pelas associações tem em torno de 35% de rejeitos, inapropriados para reciclagem, o que representa volumes de triagem sem aproveitamento ou geração de renda.

Palavras-chave: Empreendedorismo social. Associações. Materiais recicláveis.

1 INTRODUÇÃO

Sob uma nova ótica o empreendedorismo vem emergindo e impulsionando novas maneiras de desenvolvimento social e humano, a partir de novos paradigmas de atuação, onde os quais partem de anseios e demandas das bases comunitárias contemplando iniciativas sociais pouco consideradas (FROES; NETO, 2002). Esta nova forma de desenvolvimento para Certo e Miller (2008) é considerada uma subdisciplina do campo do empreendedorismo denominada de empreendedorismo social.

O foco do empreendedorismo social está no uso de modelos de negócios que compreendem a criação de valor social, os quais utilizam-se do pensamento econômico para gerar riqueza social. Cabe ainda destacar como um conceito emergente, o empreendedorismo social examinado a partir de um quadro integrado que incorpore os seus antecedentes e seus consequentes (ZAHRA et al., 2009). Sendo assim Weerawardena e Mort (2006) definem o empreendedorismo social como um constructo multidimensional para a criação de valor social, considerando as dimensões de inovação, proatividade e gestão de risco, num contexto que envolve a missão social, a sustentabilidade e o meio ambiente.

Novas tecnologias e a criação de novos produtos motivam o surgimento de empreendimentos cuja finalidade é entrar competitivamente no mercado nacional e mundial.

¹ Docente da Uceff. E-mail: citania@uceff.edu.br.

² Docente da graduação e pós – graduação da Uceff. E-mail: cleusaanschau@uceff.edu.br.

Para inovar é importante uma liderança bem definida, com capacidade de inovação, de modo geral dos atores sociais, mais especificamente dos empreendedores. Neste âmbito fica evidente a importância de ambiências propícias ao desenvolvimento de práticas reais inovadoras, as quais podem ser consideradas manifestações culturais, ou mesmo manifestações de uma cultura desenvolvida por atores empreendedores (SOUZA; JÚNIOR, 2011).

Já, o empreendedor social inova principalmente no serviço ofertado e na sua organização. O serviço ofertado possui uma organização enxuta e localizada por meio de soluções inovadoras como o chamado *co-working* que permitem um resultado mais eficaz com custos reduzidos em relação ao serviço público necessário. Assim o empreendedorismo social inova nas estruturas organizacionais, no processo de aprendizado e na adaptação a mudanças na tecnologia, nos sistemas de comunicação usando as redes sociais sem custo e no meio ambiente incluindo a estrutura institucional e os mercados (LAM, 2004).

Considerando o breve contexto exposto acima, coloca-se a seguinte pergunta de pesquisa: **Como o empreendedorismo social contribui para melhorar a geração de renda das Associações de Materiais Recicláveis de Chapecó-SC?** Frente a tal colocação, a fim de ampliar as investigações sobre o tema, este estudo tem como objetivo geral entender as contribuições do empreendedorismo social na geração de renda para as Associações de Materiais Recicláveis de Chapecó-SC. Para prosseguir com esse objetivo geral, houve a necessidade de delimitar objetivos mais específicos. Assim, foram definidos o seguinte objetivo específicos: contribuições do arranjo sócio político municipal no desenvolvimento das Associações de Materiais Recicláveis de Chapecó-SC.

A relevância deste estudo está fundamentada na possibilidade de iniciar um processo de entendimento sobre o impacto do processo de formação de capital humano e capacidade empreendedora no crescimento econômico das associações de materiais recicláveis distribuídas nos bairros de Chapecó-SC., o que contribuirá para a elaboração de políticas locais direcionadas.

Além dessa introdução, na seção dois são apresentados os pressupostos teóricos relacionados ao empreendedorismo social, arranjos sócio políticos de desenvolvimento e a lei nacional de resíduos sólidos. Na seção três são enfatizados os aspectos metodológicos relacionados à coleta e análise dos dados. Na seção quatro são analisados os resultados e, por fim, na seção cinco são detalhadas as considerações finais, limitações e sugestões para pesquisas futuras.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta seção traz embasamentos teóricos sobre empreendedorismo social e arranjos sócio políticos de desenvolvimento. Traz também a contextualização sobre lei nacional de resíduos sólidos.

2.1 EMPREENDEDORISMO SOCIAL

A relevância pela pesquisa em empreendedorismo social desperta o interesse dos pesquisadores devido a suas contribuições sociais. Muitas são suas interpretações, concepções e entendimento a cerca deste campo de estudo. Principalmente a tentativa dos estudiosos de conceituar a natureza do empreendedorismo social, bem como seu funcionamento e impacto social (CARMONA et al., 2018).

Para Birch e Whittam (2008), a empresa social e o empreendedor social são os atores sociais cuja missão é entregar valor a sociedade. Esses atores econômicos e sociais não se encaixam no setor privado das empresas comerciais e industriais que tem como objetivo o lucro. São considerados agentes de terceiro setor, como exemplo as famílias, organizações informais e organizações sem fins lucrativos. Assim as organizações voluntarias se dividem das organizações sociais entre as quais está o empreendedorismo social.

Para Santos (2012), o empreendedorismo social é a escolha entre criação de valor e apropriação de valor, onde o empreendedor social puro cria valor sem se apropria-lo. Percebe-se a presença do empreendedorismo social quando há falhas não resolvida no mercado com ações públicas. Assim o empreendedorismo social busca em sua essência, soluções sustentáveis relacionadas aos problemas no mercado causados por falhas no sistema concorrencial.

Ainda Carmona et al.(2018) comenta sobre o conceito de empreendedorismo social com base em dois elementos: o empreendedor e o social. Para Waddock (1988) o elemento social está relacionado as práticas socialmente responsáveis nos negócios. Já Alvord, Brown e Letts (2004) define o social como um meio de aliviar os problemas sociais e fomentar a transformação social. Enquanto o social está voltado para iniciativas em busca de estratégias alternativas de financiamento ou gerenciamento de formas para criar valor social, o empreendedor está relacionado com a personalidade do empreendedor social e sua natureza empreendedora, discorrendo sobre questões intraempreendedorismo no setor empresarial e social e a própria inovação no processo empresarial (MAIR; MARTÍ, 2006).

O empreendedor social para Peredo e Mclean (2006) é uma empresa com um número reduzido de pessoas, as quais trabalham com objetivo de criar um valor social, neste caso o capital humano usando conhecimento e explorando as oportunidades para a criação desse valor, ignorando riscos e reconhecendo as limitações dos recursos que estão disponíveis. Ainda o empreendedorismo social para Di-Domenico, Tracey e Haugh (2010) está associado a criação de valor social, compreendendo as necessidades não satisfeitas de comunidades e ambientes carentes em recursos, cujo objetivo está na criação de algo.

Ainda segundo Oliveira (2003) o empreendedorismo social emerge dentre outras propostas de enfrentamento a pobreza e em face de várias expressões ao contexto da sociedade globalizada. Inclui-se dentro de uma realidade complexa e paradoxal. Assim a mobilização de pessoas e organizações em torno de questões socioambientais intensificou-se, inserindo-se no contexto do empreendedorismo social. As pessoas ou os grupos que identificam oportunidades para gerar mudanças sociais, com visão estratégica, bem como ações inovadoras, efetividade de resultados além de transparência de gestão, passaram –se a ser chamadas de empreendedores sociais (FISCHER, 2002).

O empreendedorismo social, do ponto de vista do desenvolvimento local, pode figurar como um agente de desenvolvimento para a promoção do desenvolvimento comunitário. Neste contexto, os empreendimentos sociais teriam a missão de conscientizar a comunidade, em especial seus líderes, de que juntos num esforço em conjunto, amparado por crédito assistido, assessoria técnica e acompanhamento sistemático, ao promover educação política, econômica e financeira, a capacita para enfrentar os problemas reais, à medida que eles vão sendo colocados (SINGER, 2004).

2.2 ARRANJOS SÓCIO POLÍTICOS DE DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento local abrange pelo menos três dimensões, sendo a econômica caracterizada por um sistema específico de produção, capaz de assegurar aos empresários locais o uso eficiente dos fatores produtivos e a melhoria dos níveis de produtividades garantindo a competitividade. A outra dimensão é a sociocultural onde os atores econômicos e sociais se integram as instituições locais e formam um compacto sistema de relações que incorpora os valores da sociedade ao processo de desenvolvimento, e por último a dimensão política que se materializa em iniciativas locais, oportunizando a criação de um entorno local que incentiva a produção e favorece o desenvolvimento (MATTOS, 2008).

Para Vázquez Barquero (1993) a política econômica local contemporânea está associada a uma abordagem de baixo para cima, da política de desenvolvimento, onde os atores locais desempenham o papel central em sua definição, execução e controle. Acontece quando os atores locais espontaneamente procuram incentivar e controlar os processos de ajuste, incentivando as políticas de desenvolvimento local.

Na perspectiva de Porter (2000), o modelo de arranjos produtivos locais como instrumento para o desenvolvimento local, tem sido amplamente discutido. Assim *clusters*, arranjo produtivo local e sistema produtivo local, são termos utilizados para caracterizar aglomerados de atividades produtivas do mesmo setor, localizadas em determinado espaço geográfico desenvolvidas por empresas autônomas, de pequeno, médio e até de grande porte, intensamente articuladas, formando um ambiente de negócios no qual prevalecem relações de recíproca confiança entre as diferentes partes envolvidas.

2.3 LEI NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

A Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS foi instituída pela Lei nº 12.305/2010 cujo marco tange a gestão de resíduos sólidos. Esta lei começa a ter efeitos práticos, pois obriga municípios a formularem planos de gestão de resíduos, bem como induz aos mesmos a erradicarem os lixões. A PNRS no caso brasileiro promete ser um marco justamente pelo fato de a gestão dos resíduos não ter sido planejada por meio de planos, sendo que a utilização dos lixões não tem as mínimas condições e estruturas sanitárias (BAPTISTA, 2015).

Ainda sobre a coleta seletiva a lei nº 12.305/2010 através do art. 3º inciso V, define a coleta se resíduos sólidos previamente de acordo com sua constituição ou composição, que de acordo com o §1º do art. 18, os municípios que a implantarem com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda terão prioridade ao acesso aos recursos da União (BRASIL, 2010).

Assim Magera (2005) define como ator principal desse cenário o catador de lixo, que das ruas tira o seu sustento e para livra-se dos sucateiros e da exclusão social que o modelo capitalista lhe impões, está formando as chamadas cooperativas de recicladores de lixo. O chamado sucateiro ou denominado “atravessador” intermedeia a produção do catador por possuir infraestrutura, logística e capital de giro, o que o catador individual e outras cooperativas não possui. Assim o sucateiro pode armazenar por mais tempo e vender seu material ao mercado em tempos favoráveis. Já os catadores e as cooperativas não têm tais

fatores em nível de equivalência e como precisa, distribuir rendimentos aos seus cooperados, ou seja, possuem menor capacidade de vender em momentos adequados.

Os catadores trabalham diariamente em condições extremamente desfavoráveis e precárias em termos trabalhistas e/ou assistencial. São considerados operários terceirizados da indústria de reciclagem. Se situam na base da cadeia produtiva dessa indústria da reciclagem, e uma vez inseridos precariamente, as indústrias recicladoras é que englobam grandes lucros, além de que muitas delas se valem do discurso da responsabilidade socioambiental para esconder três grandes problemas centrais. Problemas esses como a necessidade de se repensar o consumo; a mudança dos padrões de produção; o descarte e a obsolescência e ainda a exploração do trabalho de indivíduos marginalizados pela sociedade e pelo poder público (PEREIRA; TEIXEIRA, 2011).

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Para a elaboração desta pesquisa foi utilizada uma investigação bibliográfica, exploratório, que segundo Beuren (2008), consiste no aprofundamento de conceitos preliminares sobre um assunto, artigos e livros, sobre o tema em questão.

Essa pesquisa é um estudo de campo, que para Marconi e Lakatos (2010) tem por objetivo alcançar informações ou conhecimentos acerca de um problema, que se está procurando respostas, executada no período de fevereiro a novembro 2018, realizado em 13 núcleos de associações de materiais recicláveis de Chapecó distribuídos nos diversos bairros de Chapecó. Como instrumento de coleta de dados foi realizada visita *in loco*, utilizado documentos e observação do local de triagem dos materiais.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

O município de Chapecó situa-se no oeste catarinense, com aproximadamente 220 mil habitantes, sua economia está pautada na agroindustrialização de alimentos, proteína animal, bem como, todo a *cluster* industrial que dali deriva. Para além da produção industrial, Chapecó, tem uma grande diversidade de prestação de serviços e comércio. É nesse contexto de urbanização, o município tem uma produção diária em torno de 150 mil toneladas de lixo, entre orgânicos e materiais recicláveis.

Os catadores de matérias reutilizáveis e recicláveis desempenham papel fundamental na implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS, 2010), com destaque para a

gestão integrada dos resíduos sólidos. De modo geral, atuam nas atividades da coleta seletiva, triagem, classificação, processamento e comercialização dos resíduos reutilizáveis e recicláveis, contribuindo de forma significativa para a cadeia produtiva da reciclagem.

Sua atuação em muitos casos realizada sob condições precárias de trabalho, se dá individualmente, de forma autônoma e dispersa nas ruas e em lixões, como também, coletivamente, por meio da organização produtiva em cooperativas e associações.

A atuação dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, cuja atividade profissional é reconhecida pelos Ministérios do Trabalho e Emprego desde 2002, segundo a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), contribui para o aumento da vida útil dos aterros sanitários e para a diminuição da demanda por recursos naturais, na medida em que abastece as indústrias recicladoras para reinserção dos resíduos em suas ou em outras cadeias produtivas, em substituição ao uso de matérias-primas virgem.

No plano de gestão integrada de resíduos sólidos de Chapecó (PGIRS, 2011), salienta a importância da gestão dos resíduos sólidos no município, cria e fomenta condições e instrumentos que atendam famílias de baixa renda, de um lado. E por outro, minimiza impactos promovidos pelo acúmulo desses materiais dispostos em locais não apropriados, provocando muitas vezes danos ao meio ambiente.

Neste sentido, o PNRS (2010) atribui destaque à importância dos catadores na gestão integrada dos resíduos sólidos, estabelecendo como alguns de seus princípios o “reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania” e a “responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos”.

Esse material todo, compõe parte do programa de coleta seletiva de materiais recicláveis do município, o qual, cumpre com a Lei Federal de responsabilidade socioambiental. E é nesse cenário que estão inseridos as associações de materiais recicláveis do município. Composto 8 Associações que são: Asmavi, Cooper São Francisco, Arsol, Amarluz, Acmarc, Ecovida, Astrarosc e Acran, as quais, se subdividem formando 13 associações, localizadas nos diferentes bairros de Chapecó. Em média cada associação é composta por 6 a 10 famílias, e dessas normalmente o casal trabalha na reciclagem de materiais.

O Quadro 1, mostra alguns dos materiais recebidos pelas associações.

Quadro 1 – Materiais e suas utilidades

Tipos de plástico	Utilidade
PET	Garrafas para acondicionar refrigerantes, sucos e outros.

PEAD (polietileno de alta densidade)	Embalagens de produtos químicos, além de ser usado para fabricação de balde e bacias.
PVC	Tubos de conexões, em calçados, brinquedos e outros.
PEBD (polietileno de baixa densidade)	Embalagens de alimentos, sacos para lixo e outros.
PP (polipropileno)	Confecção de pacotes de massas e biscoitos, potes para margarina e demais itens deste segmento.
PS (poliestireno)	Confecção dos copinhos usados para acondicionar, água e café.
Outro grupo	Aqueles que não foram citados e nenhum dos grupos acima.

Fonte: Dados das associações (2018).

Como o município tem coleta seletiva, cada associação recebe, em média um caminhão por dia de material reciclável, tem períodos que recebem mais e outros menos, isso segundo informação dos gestores, é em função das datas comemorativas, em que há maior produção de materiais recicláveis.

No entanto, há uma reclamação coletiva, da falta de cuidado no descarte dos materiais por parte da população, pois, vem muitos outros rejeitos juntos e que não são recicláveis. Hoje a média de rejeitos gira em torno de 35% de todo a material recebido. Neste sentido, o município vem implementado a política de lixo zero, ou seja, fomenta a conscientização da população, bem como, vem substituindo os coletores laranja, por outros mais modernos, os quais tem tampa lacrada e uma abertura menor, evitando, assim a retirada do material por catadores avulsos, ou chamados de clandestinos.

Para além da receita gerada com a venda dos materiais recicláveis, cada associação recebe incentivo do governo municipal, em forma de dinheiro, para despesa de água e luz, bem como, auxílio nos barracões de triagem. E por outro lado, há uma parceria entre universidades na capacitação dos gestores. A UCEFF Faculdades, fomenta a capacitação dos gestores, melhoria dos barracões, com mudança do *layout* do processo de triagem, além disso, busca fomentar parcerias entre empresas geradoras de materiais recicláveis e as associações. O que pode melhorar a geração de renda deles. O Quadro 2, mostra alguns preços recebidos pelos materiais vendidos. Esses são preços praticados no ano de 2018 e, muitas vezes são vendidos ao atravessador que ganha um adicional.

Quadro 2: Preço do material reciclado

MATERIAL	VALOR DE VENDA POR QUILO (Kg) EM CENTAVOS
Misto	R\$ 0,25
Papelão	R\$ 0,30

Plástico branco	R\$ 0,90
-----------------	----------

Fonte: Dados das associações de materiais recicláveis (2018).

Segundo os gestores das associações, o valor recebido por eles é pouco, pois são eles que lidam diretamente com o “lixo”, mas como cada associação individualmente não tem volume de produção, ficam refém dos atravessadores, que compram e revendem para a indústria de reciclagem. Segundo Mair (2010), os empreendimentos sociais da mesma forma que qualquer organização, traçam estratégias empresariais e exercem táticas de mercado para conseguir o desenvolvimento financeiro sustentável e cumprir com sua missão.

A falta de capacidade das associações em unir forças para eles próprios negociarem, representa que demanda de mais capacitações das universidades, de fomento e de ações de políticas de incentivo. Santos (2012), descreve que o empreendedorismo social é a escolha entre criação de valor e apropriação de valor, onde o empreendedor social puro cria valor sem se o apropriar. Ou seja, as associações de materiais recicláveis de Chapecó, ainda estão muito aquém de um empreendedorismo social de criação de valor. Uma pelo meio em que estão inseridos, outro pela própria falta de coesão e união do grupo como um todo.

Ao olhar para as associações de materiais recicláveis de Chapecó, são um modelo de arranjo produtivo, fomentado pela política nacional dos resíduos sólidos, para Porter (2000), o modelo de arranjos produtivos locais como instrumento para o desenvolvimento local, são organizações, localizadas em determinado espaço geográfico, intensamente articuladas, formando um ambiente de negócios no qual prevalecem relações de recíproca confiança entre as diferentes partes envolvidas.

Neste caso em específico, as associações estão geograficamente próximas, mas ainda demandam de articulação, de confiança entre os atores envolvidos nesse processo produtivo. Os atores que formam as associações são classificados como vulneráveis sociais, em muitos casos carentes e pouco acesso a infraestrutura necessária como cidadão.

Figura 1 - Disposição de esgoto a céu aberto



Fonte: Dados associações de materiais recicláveis (2018).

A Figura 1 demonstra a falta de acesso as necessidades básicas que as associações têm, por mais que haja políticas que fomentam a reciclagem, ainda há um longo caminho a ser percorrido, para que realmente ocorra um desenvolvimento local e a criação de valor nas associações de materiais recicláveis de Chapecó.

Segundo Jesus e Barbieri (2013) os resíduos sólidos gerados pela população em geral constituem um dos problemas mais graves para o poder público local, o qual cabe dar a destinação correta e representa, um enorme desperdício de recursos naturais. A vida útil dos aterros sanitários aumenta quando ocorre a recuperação desses resíduos na forma de reuso, reciclagem e valorização energética, reduzindo o custo da coleta de lixo doméstico. Bem como contribui para aumentar a sustentabilidade do planeta e diminuir a necessidade de extração de recursos naturais para atender as necessidades de produção de bens e serviços demandados pela sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa demonstra que o empreendedorismo social requer uma participação efetiva de todos os atores envolvidos no processo, bem como, demanda de políticas de fomento continuado, principalmente quando os atores são de classes sociais mais carentes. Sendo assim, Yunus (2010) defende que para os empreendedores sociais o objetivo de um negócio social é a diminuição da pobreza e das situações de vulnerabilidade social. Ainda saliente que os negócios sociais abrem portas para que as pessoas em desvantagem social possam expressar sua

capacidade criativa e suas habilidades natas. Deste modo surgem para estas pessoas oportunidades de saírem da condição de fragilidade, se tornando também, protagonistas de uma mudança social

Nesse horizonte, esse trabalho pode contribuir para uma maior atenção do setor público e de ensino (IES), para as associações de materiais recicláveis de Chapecó, sem esquecer que tal atenção também deve emergir nos contextos vividos por tais trabalhadores em outras cidades, sobretudo, as de pequeno porte. Além desse alerta, há também a perspectiva de que, com a sistematização das informações aqui apresentadas, futuras ações sejam implementadas para o devido reconhecimento e da importância do papel das associações de materiais recicláveis de Chapecó, embora esse reconhecimento não represente o fim da difícil vida que os catadores levam no dia a dia.

REFERÊNCIAS

- ALVORD, S. H.; BROWN, L. D.; LETTS, C. W. Social entrepreneurship and social transformation: an exploratory study. **The Journal of Applied Behavioral Science**, v. 40, n. 3, p. 260–282, 2004.
- BAPTISTA, V. F. As políticas públicas de coleta seletiva no município do Rio de Janeiro : onde e como estão as cooperativas de catadores de materiais recicláveis ? **Rev. Adm. Pública**, v. 49, n. 1, p. 141–164, 2015.
- BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: Teoria e prática**. 3º ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- BRASIL. Lei no 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a política nacional de resíduos sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm. Acesso em: 16 jul. 2019
- BIRCH, K.; WHITTAM, G. The Third Sector and the Regional Development of Social Capital. **Regional Studies**, v. 42, n. 3, p. 437–450, 2008.
- CARMONA, V. C. et al. Empreendedorismo social : uma perspectiva bibliométrica na área de administração e negócios. **Journal of Management and Economics for Liberoamerica**, v. 34, n. 149, p. 399–410, 2018.
- CERTO, S. T.; MILLER, T. Social Entrepreneurship : key issues and concepts. **Business Horizons**, v. 51, p. 267–271, 2008.
- FISCHER, R. M. **O Desafio da Colaboração**. São Paulo: Gente: [s.n.].
- FROES, C.; NETO, F. P. DE M. **Empreendedorismo social: a transição para a sociedade sustentável**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

JESUS, F. S. M. DE; BARBIERI, J. C. Atuação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis na logística reversa empresarial por meio de comercialização direta. **RGSA-Revista de gestão Social e ambiental**, v. 7, n. 3, p. 20–36, 2013.

LAM, A. Organizational Innovation. **Brunel University Brunel Research in Enterprise, Innovation, Sustainability, and Ethics**, 2004.

MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7° ed. São Paulo: Atlas, 2010

MAGERA, M. **Os Empresários do Lixo: um paradoxo da modernidade**. 2° ed. Campinas: [s.n.].

MAIR, J. Social entrepreneurship: taking stock and looking ahead. **Working Paper. ESE Business School-University of Navarra**, p. 3–13, 2010.

MAIR, J.; MARTÍ, I. Social entrepreneurship research: a source of explanation, prediction, and delight. **Journal of World Business**, v. 41, n. 1, p. 36–44, 2006.

MARIA LAURA DI-DOM; TRACEY, P.; HAUGH, H. Social Bricolage : theorizing social value creation in social enterprises. **Entrepreneurship Theory and Practice**, v. 34, n. 4, p. 681–703, 2010.

MATTOS, S. M. C. DA S. Arranjos produtivos locais como estratégia para o desenvolvimento local: o caso de Maracás. **Sitientibus, Feira de Santana**, n. 75, p. 131–167, 2008.

OLIVEIRA, E. M. **Empreendedorismo social no Brasil: fundamentos e estratégias**. [s.l.] Faculdade de História, Direito e Serviço Social -Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, 2003.

PEREDO, A. M.; MCLEAN, M. Social entrepreneurship : a critical review of the concept. **Journal of World Business**, v. 41, p. 56–65, 2006.

PEREIRA, M. C. G.; TEIXEIRA, M. A. C. A inclusão de catadores em programas de coleta seletiva : da agenda local à nacional national agenda. **Cad. EBAPE.BR**, v. 9, n. 3, p. 895–913, 2011.

PGIRS. Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Chapecó/SC. Chapecó, 2011.

PNRS. Política nacional de resíduos sólidos. LEI no 12.305, de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; Altera a Lei No 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

PORTER, M. E. Location, competition, and economic development: local clusters in a global economy. **Economic Development Quarterly**, v. 14, p. 15–31, 2000.

SANTOS, F. M. A Positive Theory of Social Entrepreneurship. **Journal of Business Ethics**, v. 111, n. 3, p. 335–351, 2012.

SINGER, P. É Possível Levar O Desenvolvimento a Comunidades Pobres. **Brasília: Secretaria Nacional de Economia Solidária**, 2004.

SOUZA, E. C. L.; JÚNIOR, G. S. L. Empreendedorismo e desenvolvimento: uma relação em aberto. **RAI - Revista de Administração e Inovação**, v. 8, n. 3, p. 120–140, 2011.

VÁZQUEZ BARQUERO, A. **Desenvolvimento endogeno em tempos de globalização**. Madrid: Pirâmide: [s.n.].

WADDOCK, S. A. Building successful social partnerships. **Slon Management Review**, v. 29, n. 4, p. 17–23, 1988.

WEERAWARDENA, J.; MORT, G. S. Investigating social entrepreneurship : a multidimensional model. **Journal of World Business**, v. 41, n. 1, p. 21–35, 2006.

YUNUS, M. **Criando um negócio social: como iniciativas economicamente viáveis podem solucionar os grandes problemas da sociedade**. Rio de Janeiro: Elsevier: [s.n.].

ZAHRA, S. A. et al. A typology of social entrepreneurs : motives , search processes and ethical challenges. **Journal of Business Venturing**, v. 24, n. 5, p. 519–532, 2009.